



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - BRUMADINHO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. ROGÉRIO CORREIA)

Requer a convocação do ex-funcionário da Vale **Lucas Brasil** para prestar depoimento.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V e § 3º, *caput*, da Constituição Federal, e do art. 117, *caput*, c/c com o art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a CONVOCAÇÃO, na condição de testemunha, ex-funcionário da Vale **Lucas Brasil**, responsável pelo contrato do Plano de Ação de Emergência da barragem B1 da Minha de Córrego de Feijão em Brumadinho – MG, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em data a ser futuramente definida, para tratar da tragédia ocorrida em Brumadinho.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 25 de janeiro de 2019, o Brasil assistiu estarrecido a mais um rompimento de barragem de rejeito de mineração no estado de Minas Gerais, ocorrido três anos e três meses após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, da Samarco Mineração, uma empresa que tem a Vale e a BHP Billiton como acionistas, considerado o maior desastre ambiental do país, que deixou 19 mortos. O rompimento da barragem B1 da Mina de Córrego do Feijão, localizada em Brumadinho e de propriedade da Vale, causou a morte ou o desaparecimento de cerca de 270 pessoas. Mais uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

barragem se rompeu, levando tudo o que havia pela frente em outro mar de lama, sendo necessário apurar as responsabilidades.

Um dos primeiros locais a serem inundados pela lama foram o restaurante e parte administrativa da mina. Ocorre que o Plano de Ação de Emergência da Barragem (PAEBM), elaborado pela Walm Engenharia e aprovado pela Vale, já informava que um eventual rompimento da barragem da Mina de Córrego de Feijão destruiria áreas industriais da empresa, incluindo o restaurante e parte administrativa. Mesmo o PAEBM prevendo que tais áreas seriam atingidas rapidamente, nada foi feito pela empresa para minimizar os riscos com o objetivo de preservar vidas, nem mesmo a sirene de alerta tocou, porque também foi levada pela lama. Há também relatos que pessoas que seguiram as rotas de fuga morreram, enquanto outras que não seguiram sobreviveram. Como um documento que deveria ser elaborado para prevê cenários e propor estratégias de minimização de riscos teve tantas falhas de elaboração e de execução? Essa pergunta também está sendo investigada pela Polícia Federal¹:

A Polícia Federal trabalha com a hipótese de falha no plano de ação emergencial, que a Vale apresentou às autoridades para conseguir o licenciamento da barragem. Segundo a Vale, a escolha do ponto que levava à rota de fuga, onde funcionários chegaram a fazer treinamento em junho do ano passado, foi equivocada. Esse local - que deveria ajudar a salvar vidas ficou completamente coberto pela lama.

A polícia vai investigar falha no projeto de construção de todo o complexo da Vale em Córrego do Feijão. A empresa construiu a área administrativa e o refeitório num terreno abaixo da barragem e no caminho da lama, já apontado como local de risco na simulação de um desastre.

Em reunião da CPI de Brumadinho no dia 04/07/2019, o coordenador do PAEBM pela Vale, senhor Marco Conegundes, informou que o gestor do contrato do plano elaborado pela Walm Engenharia era o senhor

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/01/vale-sabia-que-estouro-de-barragem-em-brumadinho-destruiria-restaurante-e-sede-aponta-plano-de-emergencia.ghtml>. Acesso em: 9.jul.2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lucas Brasil, ex-funcionário da Vale. Questionado a quem o senhor Lucas Brasil se reportava, foi informado que era ao senhor Alexandre Campanha.

Dessa forma, entendo que a convocação do Senhor Lucas Brasil é essencial para o esclarecimento do conteúdo do PAEBM, como se deu sua aprovação pela Vale, bem como das falhas observadas neste documento, o que contribuiu, junto com o rompimento da barragem, para a morte de centenas de pessoas.

Solicito, pois, o apoio dos nobres Pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado ROGÉRIO CORREIA
PT/MG